



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

Deputado Filipe Neto Brandão,

Palácio de S. Bento, 11 de março de 2026

Assunto: Requerimento | Audição com carácter de urgência do Diretor Executivo do SNS, Dr. Álvaro Almeida e do Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Carlos Cortes, sobre instruções da Direção Executiva do SNS relativas à contenção da produção assistencial em 2026 e às restrições de recursos financeiros e humanos.

Foi recentemente veiculada pela comunicação social que a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS), cumprindo a orientação da tutela de redução da despesa, transmitiu aos presidentes dos Conselhos de Administração das ULS e dos IPO, instruções no sentido de não aumentarem, em 2026, a produção assistencial, designadamente consultas e cirurgias, esclarecendo, simultaneamente, que não haverá reforço de recursos financeiros e humanos além do já previsto para esse ano. Paralelamente, foi também transmitido aos responsáveis hospitalares que, em 2026, uma parcela do financiamento a atribuir às ULS ficará dependente da capacidade de manterem abertas as urgências hospitalares, sendo aplicados cortes no financiamento quando tal não se verifique, o que reforça a pressão sobre estas unidades.

Esta notícia acontece num momento em que em março ainda não foi enviada às ULS as propostas de contrato-programa, coisa que nos últimos anos aconteceu sempre em novembro do ano anterior.



De acordo com o divulgado, a mensagem central transmitida pela DE-SNS, causou desagrado entre os administradores hospitalares, que já vieram alertar que uma eventual estagnação do número de consultas e cirurgias, irá fazer aumentar as listas de espera, e que se a produção se mantiver semelhante à de 2025, o número de utentes a aguardar cirurgia ou consulta nos hospitais públicos voltará a aumentar.

Também a Ordem dos Médicos, através do seu Bastonário, já veio manifestar a sua preocupação pela orientação da Direção Executiva do SNS para travar, em 2026, o aumento de consultas e cirurgias nos hospitais e limitar o reforço de recursos humanos e financeiros necessários. Exigindo a reversão desta orientação e a adoção de medidas sérias de eficiência assentes em governação clínica, investimento adequado, valorização e captação dos médicos necessários, bem como na defesa do acesso atempado, da qualidade e da segurança dos cuidados. A Ordem dos Médicos acrescenta ainda, em comunicado, que *“Decidir, sem base racional conhecida, travar a atividade assistencial por via de um estrangulamento financeiro é escolher o caminho mais perigoso e o mais errado. Há espaço e necessidade para fazer melhor, para gerir melhor, não para tratar menos. A saúde não pode ser gerida contra os doentes. (...) Congelar a resposta assistencial não é reformar o SNS. É falhar aos doentes.”*

Recorde-se que o Orçamento de Estado para 2026, já previa uma redução da despesa na rubrica de bens e serviços, com um corte de 10% nesta rubrica, num montante superior a 800 milhões de euros, abrangendo medicamentos, material clínico, dispositivos médicos e contratação de pessoal. Tal terá como consequência um cenário de estagnação do número de consultas e cirurgias e o inevitável aumento das listas de espera, degradando o estado de saúde dos utentes e gerando custos acrescidos para o sistema no médio e longo prazo, incluindo o pagamento de cirurgias ao setor privado fora dos tempos clinicamente adequados.



Sabendo que dados mais recentes da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), revelavam um agravamento das listas de espera em 2025: a Lista de Espera para Consulta terá aumentado 13,8% e a Lista de Inscritos para Cirurgia 3,4% face ao ano anterior, contabilizando, no final de dezembro, 1.088.656 utentes em espera para consulta e 264.615 inscritos para cirurgia, e que estas medidas, a serem implementadas, conduzirão a graves problemas de funcionamento nos hospitais, com impacto direto na acessibilidade, nos tempos de resposta, na qualidade e na segurança dos cuidados prestados aos utentes, num contexto em que os doentes são cada vez mais complexos, é fundamental que o Diretor Executivo do SNS, venha esclarecer o conteúdo, o alcance e os fundamentos técnico-financeiros e clínicos das orientações transmitidas pela Direção Executiva do SNS, o potencial impacto destas medidas na evolução das listas de espera para consulta e cirurgia, na organização interna dos serviços e na articulação entre cuidados hospitalares, cuidados de saúde primários e setor convencionado e qual o impacto destas medidas na capacidade de resposta do SNS.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista abaixo-assinados, requerem a **audição, com carácter de urgência**, do Diretor Executivo do SNS, Dr. Álvaro Almeida e do Bastonário da Ordem dos Médicos, Dr. Carlos Cortes, para o cabal esclarecimento de todos os factos supra referidos.

As Deputadas e os Deputados do
Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Mariana Vieira da Silva

Susana Correia



Irene Costa

Sofia Andrade

Carlos Pereira

Eurídice Pereira

Ricardo Lima

Elza Pais